

Definidos relatores do Código no Senado

Categories : [Notícias](#)

Nathália Clark

Brasília - Nessa semana foram anunciados os dois novos relatores do projeto do Código Florestal durante sua tramitação no Senado. Na terça-feira (31), pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), o nome indicado foi o do senador Jorge Viana (PT-AC). Na manhã desta quinta (2), foi definido que o relator na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) será Luiz Henrique da Silveira (PMDB-SC).

Ainda falta decidir sobre a relatoria na terceira comissão pela qual o projeto de lei passará, a de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O nome cotado é o do senador Acir Gurgacz (PDT-RO), presidente da CRA.

O texto final do Projeto de Lei aprovado na semana passada na Câmara dos Deputados chegou ao Senado Federal na quarta-feira (1). A proposta passa a tramitar nessa instância com o número [PLC 30/2011](#). Depois de lido em Plenário, o projeto será encaminhado para as Comissões, não estando ainda definido qual dos colegiados examinará primeiro a matéria.

Viana disse na primeira reunião de trabalho com o senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), presidente da CMA, que o momento é de ouvir pessoas com conhecimento da matéria: “Vamos começar pela comunidade científica, em busca de avaliações embasadas, desprovidas da emoção que o tema da preservação ambiental provoca”.

De acordo com ele, a comissão deverá ouvir, além do relator do projeto na Câmara, deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), e da comunidade científica, juristas com especialização em Direito Ambiental. A CMA tem a responsabilidade de analisar o mérito da proposta, e a tendência é que, por isso, Viana seja também o relator da matéria no plenário.

Histórico dos relatores

Jorge Viana é ex-governador do Acre, estado do qual esteve à frente por oito anos (de 1999 a 2006), quando batizou sua gestão de “governo da floresta”. Petista, o senador também é visto como um interlocutor seguro com o Palácio do Planalto.

De acordo com um [estudo do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia \(Imazon\)](#) feito à época, nos seis primeiros anos de seu governo, o Acre desmatou quase 5.000 km², o equivalente a mais de três cidades de São Paulo. A devastação aumentou 42% no período.

Para Mauro Armelin, coordenador do Programa Amazônia do WWF-Brasil, o que diz o estudo diverge em metodologia com os dados obtidos pelo governo à época: “O que acontece é que 80% do desmatamento no Acre ocorre em pequenas propriedades e pequenos polígonos, que são bastante difíceis de detectar. Isso não significa que ele seja pró-desmatamento”.

Já Luiz Henrique é ex-governador de Santa Catarina. Durante seu mandato, ele chegou a sancionar uma versão estadual da norma que agora é debatida no Congresso. O Código catarinense, que acabou embargado por questionamentos na Justiça, previa apenas 5m de faixas de vegetação nas margens de córregos com 5m de largura, enquanto que o de Aldo Rebelo ainda manteve os 30m de preservação.

O senador peemedebista é visto como favorável a propostas como a da Emenda 164, que dá aos Estados maior poder na legislação ambiental, no que diz respeito à definição de regras sobre cultivo em Áreas de Preservação Permanente e limitações de Reserva Legal.

Encaminhamentos

Está agendada para a próxima quinta-feira (9), às 11h, uma audiência pública conjunta da CRA e da CMA para discutir as alterações no código com a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira. A decisão de reunir as duas comissões para audiência tem como objetivo contribuir para um entendimento em torno da matéria, que transitou pela Câmara dos Deputados em meio a muita controvérsia. A idéia é elaborar um relatório conjunto do projeto.

QUADRO OPINATIVO